

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH

Table with columns: Ativo, Nota, 2019, 2018, Passivo, Nota, 2019, 2018. Includes sub-sections for Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH), é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que atende um público de aproximadamente 61.500 pessoas no município de Pedro Leopoldo, região metropolitana de Belo Horizonte. Possui serviços de obstetria e ginecologia, traumatologia-ortopedia, centro cirúrgico equipado para média complexidade, berçário, pediatria, oftalmologia, ambulatório e um pronto atendimento regional de 24 horas. A principal receita do hospital é obtida com o atendimento dos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde e por contratos de gestão em suas 13 filiais, atendendo, nesse caso um público potencial de aproximadamente de 1.700.000 (Um milhão e setecentas mil) pessoas. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Table with columns: Âmbito, Legislação, Publicação. Lists Federal, Estadual, and Municipal laws.

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela Portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. A finalidade principal do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH é prestar serviços de Administração Hospitalar, assessoria e/ou consultoria técnica, diagnóstico organizacional ou a administração própria dita, tanto a entidades congêneres, estabelecimentos próprios, de terceiros, públicos ou privados. O INDSH objetiva levar saúde às comunidades, desenvolver pesquisas, prestar assistência social e de serviços médicos, promover atividades para o desenvolvimento do ser humano e sua integração social, promover jornadas na área da saúde e desenvolver atividades educacionais, culturais e na preservação do patrimônio histórico e cultural. a) Informações gerais: Baseado nas Legislações do GM/MS Portaria n.º 1.970/2011, Lei n.º 12.101/2012, Decreto n.º 8.242/2014, o INDSH deve ofertar e comprovar no mínimo, 60% de seus serviços ao SUS, com base nas internações hospitalares e nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais realizados e registrados nos sistemas de informação do SUS. Podendo incorporar no máximo 10% dos serviços prestados ao SUS por força de Contrato de Gestão. O Instituto, no exercício de 2019, conforme cálculo apresentado a seguir, obteve o índice de 64,84%, não sendo necessário utilizar os atendimentos do contrato de gestão e os ambulatoriais. Os dados foram obtidos pelos sistemas SIA/SUS-SIH/SUS-CIHA/SUS, DATASUS.

Table: Cálculo atendimento SUS. Columns: SUS, Não SUS, Total. Rows: Hospital Pedro Leopoldo - Paciente dia, Percentual SUS / paciente dia.

b) As unidades geridas pelo INDSH em 2019 foram: Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho ("HPL") - CNPJ 23.453.830/0001-70 - Rua Dr. Cristiano Ottoni, 233 - Centro - Pedro Leopoldo/MG - CEP 33600-000 - De: 26/06/1967 - 45 leitos - Atendimento de baixa e média complexidade; Unidade de Pronto Atendimento

deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 4º. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3. Representação de Saldos de 2018: A Administração da Entidade optou por representar ativos saldos do exercício de 2018, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro. Os saldos reapresentados devem-se por: (i) A Administração de ter concluído em 2019, pelo estorno da glosa de R\$ 1.345.553 reconhecida como redutora de receitas em 2018 na unidade CIIR, porém não concretizada. Desta forma, o saldo de glosas, no resultado do período, e o saldo de contas a receber de 2018 foram impactados e reapresentados, considerando este

Table: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$). Columns: Descrição, Patrimônio Social, Ajuste avaliação patrimonial, Superávit acumulado, Total.

Table: Demonstração do Superávit dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$). Columns: Passivo, Nota, 2019, 2018.

Table: Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$). Columns: Fluxos de caixa de atividades operacionais, Superávit do exercício, Ajustes para reconciliar o resultado.

Table: Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$). Columns: Fluxos de caixa de atividades operacionais, Superávit do exercício, Ajustes para reconciliar o resultado.

Table: Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$). Columns: Fluxos de caixa de atividades operacionais, Superávit do exercício, Ajustes para reconciliar o resultado.

Table: Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$). Columns: Fluxos de caixa de atividades operacionais, Superávit do exercício, Ajustes para reconciliar o resultado.

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço.

Table: 6. Estoques. Columns: 2019, 2018. Rows: Drogas e Medicamentos, Materiais de uso do paciente, Materiais de Laboratório, Gêneros alimentícios e Dietas, Enteriais e Parenterais, Fios Cirúrgicos e gases medicinais, Limpeza e higienização, Demais materiais.

Table: 7. Imobilizado: Próprio. Columns: 2019, 2020. Rows: Saldo inicial, Adições, Baixas, Depreciação, Saldo final.

Table: 8. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Columns: 2019, 2018. Rows: Saldo inicial, Adições, Baixas, Depreciação, Saldo final.



INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH - CNPJ 23.453.830/0001-70				
As transferências, no montante total de R\$ 1.925.625, referem-se a reclassificação, para adequada apresentação, de ativos adquiridos para controle e operação das atividades de gestão.				
18. Intangível				
	Direito de Uso	Softwares	Total	
	20%	20%		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018				
Saldo inicial	342.935	549.738	892.673	
Adições	18.929	11.712	30.641	
Baixas	(14.552)	(51.519)	(66.071)	
Depreciação	(274.404)	(13.214)	(287.618)	
Saldo final	72.908	496.717	569.625	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019				
Saldo inicial	72.908	496.717	569.625	
Adições	31.019	13.529	44.548	
Transferências	89.319	(89.319)	-	
Baixas	433	-	433	
Depreciação	(26.565)	(258.497)	(285.062)	
Saldo final	167.114	162.430	329.544	
Contrato de Gestão:				
	Direito de Uso	Softwares	Total	
	20%	20%		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018				
Saldo inicial	8.727	72	8.799	
Adições	66.435	550.718	617.153	
Baixas	-	-	-	
Depreciação	(3.585)	(87.588)	(91.173)	
Saldo final	71.577	463.202	534.779	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019				
Saldo inicial	71.577	463.202	534.779	
Adições	-	87.973	87.973	
Baixas	-	-	-	
Depreciação	(13.287)	(120.137)	(133.424)	
Saldo final	58.290	431.038	489.328	
9. Fornecedores				
	2019	2018		
Materiais e medicamentos	5.762.797	3.352.770		
Serviços	4.410.044	3.629.915		
Serviços médicos	17.075.949	11.004.510		
Diversos	635.726	416.763		
Total	27.884.516	18.403.958		
10. Obrigações Trabalhistas				
	2019	2018		
Obrigações e salários a pagar	7.045.426	4.635.376		
Provisão FGTS	9.100.263	6.028.832		
Provisões férias/s férias	727.560	481.423		
Total	16.873.249	11.145.631		
11. Receitas Diferidas: Em 2019, foi recebido R\$ 705.675 como verba para investimento, incluindo o residual de 2018. O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 2019, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão de unidades, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:				
	2019	2018		
Imobilizado - contrato de gestão	16.454.800	15.956.633		
Imobilizado - Sorriso (contingência)	(2.777.138)	(2.777.138)		
Intangível - contrato de gestão	678.934	678.934		
Intangível - Sorriso (contingência)	(3.510)	(3.510)		
Total investido em ativo	14.353.086	13.854.919		
Depreciação/amortização acumulada	(5.954.938)	(4.284.921)		
Sorriso (contingência)	1.157.345	1.157.345		
Total imobilizado/intangível líquido	9.555.493	10.727.343		
Saldo para investimento	6.383.318	5.677.642		
Receita diferida	15.938.810	16.404.985		
12. Outras Obrigações				
	2019	2018		
Hospital Municipal de Sorriso (contingência) (i)	15.123.759	16.113.302		
UPA de São Pedro da Aldeia (contingência) (ii)	4.674.525	4.674.525		
HPL - contas a pagar em discussão	2.500.000	-		
Outras obrigações	50.964	-		
Total	22.349.248	20.787.827		
(i) Referem-se aos valores de obrigações apuradas na data de encerramento do contrato de gestão do Hospital Regional de Sorriso - MT, em 07/06/2015, quando foi instituída a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização pelo Governador do Estado de Mato Grosso. A Entidade apresenta estas obrigações no passivo não circulante, em face aos recursos e créditos a receber e em discussão junto àquele Ente Público, no montante de R\$14.830.169. A Administração considera que os passivos serão liquidados integralmente, quando do acordo o Ente Público, entretanto, eventualmente é requerida a realizar acordos de pagamentos de parcelas destas obrigações, com recursos próprios. (ii) Referem-se aos valores de obrigações apuradas na data de rescisão do contrato de gestão com a Secretaria do Estado do Rio de Janeiro - RJ, em 31/05/2016. A Entidade apresenta estas obrigações no passivo não circulante, em face aos recursos e créditos a receber e em discussão junto àquele Ente Público, no montante de R\$5.546.074. A Administração considera que os passivos serão liquidados integralmente, quando do acordo o Ente Público, entretanto, eventualmente é requerida a realizar acordos de pagamentos de parcelas destas obrigações, com recursos próprios.				
13. Outras Contas a Pagar: O valor de R\$ 423.917 apresentado em rubrica de outras contas a pagar, refere-se a estoques de materiais e medicamentos, pertencente aos Entes Públicos com contratos de gestão em andamento, os quais foram absorvidos na operacionalização da gestão. O montante foi considerado no passivo não circulante, uma vez que deverá ser repassado ao Ente Público ao término da gestão. 14. Provisão para Contingências: Passivos contingentes: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou a provisão para contingências suficiente para fazer face a processos. A composição da provisão para contingências, por unidade, está apresentada abaixo:				
	2019	2018		
Hospital Geral de Tailândia - PA	175.198	175.198		
Hosp. Reg. Públ. de Integração Leste do Pará	115.000	115.000		
Centro de Serviços Administrativos - PA	507.303	255.007		
Hospital de Pedro Leopoldo - MG	75.000	75.000		
Hospital Municipal de Araucária - PR	2.223.602	2.273.123		
Sede Administrativa - INDSH (i)	3.096.103	3.812.205		
(i) A Administração optou, desde o exercício de 2018, em realizar a provisão para pagamento de FGTS e custas de rescisões trabalhistas. Processos com probabilidade possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:				
	2019	2018		
Cível	8.598.303	2.700.100		
Trabalhista	15.831.798	16.829.142		
Total	24.430.100	19.529.242		
16. Despesas Gerais e Administrativas				
	2019	2018		
Fretes e carretos	(674.182)	(857.587)		
Energia elétrica	(5.484.166)	(4.155.864)		
Aluguel de máquinas	(2.536.919)	(2.262.972)		
Viagens e hospedagens	(2.059.741)	(1.337.162)		
Provisão para contingência	(1.557.021)	(3.192.000)		
Outros	(2.172.106)	(3.394.187)		
Total	(14.484.135)	(15.199.772)		
17. Doações e Subvenções				
	2019	2018		
Subvenções da PM de Pedro Leopoldo	2.064.236	2.122.967		
Doações diversas (em espécie e materiais)	1.210	27.033		
Subvenção CEMIG	1.246	-		
Total	2.066.692	2.150.000		
18. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devota fossem.				
	2019	2018		
Cota patronal	18.926.777	13.670.774		
Terceiros	5.488.765	3.964.524		
RAT/SAT	1.892.678	1.367.077		
Total INSS	26.308.220	19.002.375		
COFINS	9.965.367	6.971.683		
Total COFINS	9.965.367	6.971.683		
19. Responsabilidade e Compromissos: Para usufruir da isenção da Contribuição Patronal devida ao INSS, conforme Decreto n.º 8.242/2014 o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano está sujeito a comprovação da oferta de todos os seus serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60%. Os atendimentos a pacientes ao SUS estão demonstrados na nota explicativa n.º 1 - Contexto Operacional. 20. Seguros: O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros.				
21. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.				
	2019	2018		
Aplicações financeiras de liquidez imediata	34.566.223	44.749.535		
Contas a receber	38.971.424	25.793.972		
Total ativos financeiros	73.537.647	70.543.507		
Fornecedores	30.304.184	18.403.958		
Total passivos financeiros	30.304.184	18.403.958		
22. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrência de descumprimento. Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. 23. Eventos Subsequentes: Contratos de gestão em processo de renovação: (i) O Contrato de gestão 003/2016 do UNACON, junto à SESP, teve sua vigência encerrada em 09/03/2020 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual por mais 12 meses. A atual Administração protocolou ofício junto à SESP, com o intuito de formalizar a intenção de renovação do contrato. (ii) O Contrato de gestão 002/2016 do Hospital Jean Bitar, junto à SESP, teve sua vigência encerrada em 09/03/2020 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual por mais 12 meses. A atual Administração protocolou ofício junto à SESP, com o intuito de formalizar a intenção de renovação do contrato. Diante da expectativa de que seja confirmada a renovação contratual, a Administração concluiu por não haver necessidade de reconhecer provisões para desmobilização e/ou contingências nessas demonstrações contábeis, bem como a manutenção da gestão das atividades até a obtenção do retorno da SESP, com o intuito de evitar o colapso do sistema da região. Contratos de gestão renovados: O Contrato de gestão 013/2019, junto à Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, foi renovado por mais 12 meses, em abril de 2020. Pedro Leopoldo/MG, 24 de abril de 2020.				
Responsável Técnico:				
José Carlos Rizoli - CPF 171.893.228-68 - Presidente		Felipe José da Silva Júnior - CPF 273.869.828-01 - Diretor de Administração		Bruno Ricardo Barbosa Martins - Contador CRC ISP - 271.145
encerrado em 31 de dezembro de 2019. Pedro Leopoldo/MG, 29 de abril de 2020. Conselho Fiscal: Terezinha Cristina da Silva - CPF 896.862.508-59; Marinete Nicolau dos Santos - CPF 896.115.948-87.				
nial e contábil da entidade opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Pedro Leopoldo/MG, 29 de abril de 2020. Nelson Gennaro Júnior - CPF: 184.190.528-33; José Acaçio Florêncio Ribeiro - CPF: 189.687.248-49; Maria Luiza Neiva - CPF: 089.814.578-32.				
cedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluir falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 24 de abril de 2020.				
Planners Auditores Independentes				
CRC.SP. Nº. 25P 14.712/O-2 - CVM 11.398				
Valter Piovam				
Contador CRC ISP 146.651/O-0 - Auditor Independente - CNAI 1.018				
Heitor Piovam				
Contador CRC ISP 331.721/O-0 - Auditor Independente - CNAI 6.199, Pg. 02/02				

232 cm -29 1350010 - 1

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICROREGIÃO DO ALTO RIO PARDO - AMARP-MG
Processo nº 003/2020 - Edital nº 003/2020 - Pregão Presencial nº 003/2020 - Registro de Preços nº 003/2020, torna público o processo acima em referência, cujo objeto do presente é a aquisição de pneus novos, câmaras e protetores, objetivando o suprimento para a manutenção da frota de veículos leves e pesados pertencentes à AMARP, de acordo com as especificações do Anexo I, em conformidade com o Art. 4º, Inciso I e II da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17.07.2002 e alterações posteriores, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006. Data de entrega do credenciamento, da proposta, da documentação de habilitação solicitada no Edital e realização do Pregão: 08.05.2020, às 08:30/08:45 horas. Informações: Secretaria da Equipe de Apoio, localizada à Rua Rainha do Céu nº 248 - Bairro Santa Cruz - CEP: 37780-000-CALDAS(MG) - Telefax-PABX:(35) 3735-1906/1869 - E-mail: licitacaoamarp@gmail.com - Data: 24.04.2020 - Ronaldo Ribeiro Ferraz-Pregoeiro. Maurício Lemes de Carvalho-Presidente.

4 cm -29 1349875 - 1

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO ENTORNO DO CAPARAÓ
RETIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 008/2020 - PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 001/2020
ONDE SE LÊ:
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de veículos 0km, tipo van-míni-bus ano e modelo 2019/2020 para atendimento do Sistema Estadual de Transporte em Saúde -SETS dos municípios consorciados ao Consorcio Intermunicipal Multissetorial do Entorno do Caparaó.
LÊ-SE:
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de veículos 0km, tipo van-míni-bus ano e modelo 2019/2020 ou superior para atendimento do Sistema Estadual de Transporte em Saúde -SETS dos municípios consorciados ao Consorcio Intermunicipal Multissetorial do Entorno do Caparaó.
ONDE SE LÊ:
20 - DO PAGAMENTO, DO FATURAMENTO E DO REAJUSTE.
20.3 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após protocolização e aceitação pela Contratante das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento dos serviços prestados.

3 cm -29 1350106 - 1

LÊ-SE:
20 - DO PAGAMENTO, DO FATURAMENTO E DO REAJUSTE.
20.3 Os pagamentos serão efetuados em na entrega dos veículos após protocolização e aceitação pela Contratante das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento dos serviços prestados. Mutum(MG), 29 de abril de 2020. Rosângela Lamarca de Oliveira Barcelos (pregoeira).
7 cm -29 1349917 - 1

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS-CISRUIN
EXTRATO RESUMIDOS DE CONTRATO
PC 029/2020 DISPENSA 014/2020 Prestação de serviços de beneficiários necessários à adequação da área de desinfecção das ambulâncias e reforço estrutural do complexo regulador do CISRUIN/SAMU 192 MACRONORTE/MG. Sr. Presidente homologa a favor de W&M Projetos de Engenharia Ltda- CNPJ 33.840.283/0001-39 - CTR 053/2020-Sig. Silvane B. Santos (presidente) e Waldeci Gouveia Rodrigues p/ contratada-Valor R\$43.000,00 - 23/04/2020-Vig. 24/04/2020 a 22/08/2020.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POÇOS DE CALDAS-MG
EXTRATO
Art. 61 § único - Lei 8666/93

Contrato nº 28/2020 - Tomada de Preços nº 001/2020- Processo nº 003/2020 - Contratante: Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas - Contratada: Maran Construtora Ltda - Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de 154,90 metros de rede coletora de esgoto em tubo de PVC DN100 no Bairro São José (obra 4232/19) incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos conforme especificações técnicas e demais anexos- Prazo de Vigência do Contrato : 08 (oito) meses - Valor total: R\$ 29.999,77 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos)- Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após a aprovação da medição pela fiscalização- Dotação Orçamentária: 1409 - 04.02.01 - 4490.51.00.17.512.1702-5-003 - Obras e Instalações- Sistema de Esgoto Sanitário - Celebração: 27/04/2020 - Signatários: Paulo César Silva - Diretor Presidente Dmae - Eduardo Augusto Maran - Representante Empresa - Foro: Comarca de Poços de Caldas - MG

4 cm -29 1349971 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320200429211203025.